

Recesso depende de votação da LDO

por Marcos Magalhães
de Brasília

Para garantir o recesso parlamentar de julho, as lideranças partidárias deverão estabelecer como prioridade da pauta a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1995, sem a qual os trabalhos não podem ser interrompidos. A previsão é do secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Viana de Paiva, que acrescenta à lista de temas essenciais as medidas provisórias editadas ou reeditadas em maio e o próprio Orçamento da União para 1994.

"Haverá um esforço concentrado sobre esses três assuntos, sem prejuízo das pautas normais da Câmara e do Senado", afirma Paiva. Não há hipótese, para ele, de paralisação das sessões na segunda quinzena de junho, quando as atenções estarão, em grande parte, voltadas para os jogos da Copa do Mundo. "A idéia é manter o recesso integral em julho", explica.

De acordo com a Constituição, porém, o recesso de meio de ano só acontece após a votação, pelo Congresso, da lei que baliza a elaboração do Orçamento da União para o ano seguinte. O Projeto da LDO foi enviado pelo Poder Executivo no dia 4 de abril, mas até agora não conta com um relator indicado, o que pode atrasar a sua tramitação.

Os líderes tentam começar a esvaziar a pauta do Congresso em uma sessão marcada para hoje à noite

quando pretendem dar início à votação de onze medidas provisórias, das quais cinco abrem créditos extraordinários para o orçamento da Seguridade Social e de quatro Ministérios: Minas e Energia, Meio Ambiente, Transportes e Integração Regional. A presidência da Câmara convocou todos os deputados por teleograma e espera obter o quórum necessário no final da tarde dessa terça-feira.

Mais grave do que a situação das medidas provisórias

e da LDO parece ser a do projeto de Orçamento da União para 1994, que deveria ter sido aprovado até 31 de dezembro do ano passado. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB), deve indicar ainda hoje os sete relatores parciais do Orçamento, mas eles dificilmente serão capazes de cumprir o prazo para a entrega de seus pareceres, estabelecido para 10 de junho.

Por isso, devem atrasar

também a votação dos relatórios setoriais e a discussão e a votação do relatório final da comissão. De acordo com o cronograma original, o projeto seria encaminhado ao plenário do Congresso a 11 de julho - o que já exigiria a convocação de sessões extraordinárias no recesso de meio de ano. Já se prevê agora que o Orçamento da União para este ano só poderá ser votado em agosto ou setembro, pouco antes do envio ao Congresso do projeto de Orçamento para 1995.